PEQUENO EXPEDIENTE
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo de Mato Grosso, declaro aberta esta Sessão Ordinária.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Convido o Deputado Nininho para assumir a 1ª Secretaria e o Deputado Wilson Santos para assumir a 2ª Secretaria. (OS SRS. DEPUTADOS NININHO E WILSON SANTOS ASSUMEM A 1ª E A 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Peço ao Deputado Wilson Santos que faça a leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 15H14MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (WILSON SANTOS) - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Deputado Wilson Santos.

Após lida a Ata, a coloco em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Aprovada. Vai ao Expediente.

Peço aos deputados que abram mão do Pequeno Expediente para irmos direto para a Ordem do Dia.

Todos de acordo? Todos de acordo.

Secretaria de Serviços Legislativos

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

SUPRIMIDO

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 1810/2023, do Deputado Eduardo Botelho, que dispõe sobre o reconhecimento e a convalidação dos registros imobiliários referentes a imóveis urbanos no Estado de Mato Grosso, na forma específica e adota outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovada. Vai à 2ª votação.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 480/2023, do Deputado Valdir Barranco, que dispõe sobre a responsabilização administrativa em caso de eventual quebra do sigilo de informações acerca do nascimento e do processo de entrega direta de bebês para adoção por pessoas gestantes do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Direitos da mulher, Cidadania e Amparo à Criança, Adolescente e Idoso.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à 2ª votação.

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 1.755/2023, Mensagem nº 127/2023, que altera a Lei nº 12.012, de 25 de janeiro 2023, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 14H49MIN.

para o exercício financeiro de 2023. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Lembrando, Deputado Dilmar, que quando a gente fala para colocar 10% no orçamento e mais 10% na LOA, isso dá 20% e quando vem aqui a Assembleia aprova.

Este orçamento aqui está pedindo, fora os 20%, mais 10%, e a Assembleia não colocou dificuldade nenhuma para aprovar. Então, não tem sentido colocarmos valores maiores do que 10% na LOA e na LDO.

Aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Sr. Presidente, pela Ordem.

Só para elogiar vossa excelência.

Eu concordo plenamente com vossa excelência. Sempre tenho falado que o senhor é uma peça importante e tem ajudado muito o Governo do Estado e a Assembleia. Na responsabilidade a Assembleia sempre esteve ao lado para ajudar e contribuir.

Então, parabéns à Mesa Diretora, mas principalmente ao meu Presidente, Deputado Eduardo Botelho.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Dilmar Dal Bosco.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 880/2023, do Deputado Fábio Tardin – Fabinho, que institui o selo “Empresa Amiga da Primeira Infância”. O parecer é favorável da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Direitos da mulher, Cidadania e Amparo à Criança, Adolescente e Idoso.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à 2ª votação.

O Deputado Wilson Santos está pedindo para votar um decreto legislativo.

O Deputado Wilson Santos fez um decreto legislativo para sustar os efeitos do §1º, art. 2º, da portaria nº 66/2021, da Secretaria de Segurança Pública, parecer oral da Comissão Segurança Pública e Comunitária.

Eu só lembro aos senhores... Eu, particularmente, sou favorável ao pleito do Deputado Wilson, eu o entendo.

Agora a Assembleia Legislativa pode sustar os efeitos quando ele exorbita sua função e entra em outro Poder. Então, não vamos criar essa celeuma sobre... Não vamos...

Eu chamo o Deputado Elizeu Nascimento para fazer o parecer e colher os votos.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, como Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Pública e Comunitária, designo aqui o Deputado Beto Dois a Um para relatar o parecer do Projeto de Decreto Legislativo nº 05/2023.

O SR. BETO DOIS A UM - Projeto de Decreto Lei nº 05, de 2023, do Deputado Wilson Santos, na Comissão de Segurança Pública e Comunitária, com os membros presentes, Elizeu Nascimento; o Dr João não está presente; Juca do Guaraná como seu suplente; Beto Dois a Um; Deputado Fabinho; Deputado Wilson Santos.

Como fui designado pelo nosso Presidente para dar o parecer, darei parecer contrário a este projeto de lei (*sic*) do Deputado Wilson Santos.

Chamo o Deputado Elizeu. Como vota o Deputado Elizeu Nascimento? Para que ele faça a contagem dos votos pelo parecer desfavorável dado por mim como relator.

O Deputado Elizeu acompanha o relator.

Deputado Juca do Guaraná? Parecer contra o relator.

Deputado Beto Dois a Um. Já dei o meu parecer.

Deputado Fabinho, vota comigo.

Deputado Wilson Santos? Vota contra o relator.

Três a dois. Por três votos a dois o projeto foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Com três votos a dois, a Comissão de Segurança Pública e Comunitária rejeitou o Projeto de Decreto Legislativo nº 05/2023.

Então, em votação, o parecer da comissão, que é contrário ao projeto.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, eu quero tentar ser o mais claro possível.

O nosso projeto procura anular o parágrafo de uma portaria da Secretaria Estadual de Segurança Pública que permite a ex-policiais, não a policiais, vou deixar bem claro, não a policiais, somente a ex-policiais...

Esse assassino aí não é policial, inclusive, Governador Júlio Campos, Diego, ele não cumpriu nem o exame probatório de três anos.

Ele foi exonerado, Deputada Sheila, foi exonerado... Roubou na SEMA computadores, está dizendo a Deputada Sheila, que vem aqui na tribuna discutir daqui a pouco.

Então, nós estamos propondo que ex-policiais, não é mais policial, não tenha direito a prisão especial, porque ele pegou uma moça aqui em Cuiabá, levou para sua casa, estuprou essa moça, quis fazer sexo anal, ela rejeitou o sexo anal, ele matou essa moça, limpou o sangue lá com querosene, pôs essa moça dentro do carro dela, dirigiu 6km, deixou no Parque das Águas e ainda teve o cuidado de colocar os óculos.

Vem dizer que um homem desse tem problema mental? Claro que não. Ele sabia o que ele fazia.

Ficou oito dias preso, Dr. Eugênio, ficou oito dias preso só, aqui na penitenciária central do Estado.

Como tem esta portaria, não é lei, é uma portaria, Deputado Chico Guarnieri, não é lei nenhuma, é uma portaria da Secretaria de Segurança... Se isso cair aqui, eu vou questionar essa portaria, até para ex-policial. Eu vou questionar para ex-policial.

Por que ex-policial tem direito a prisão especial?

Se o plenário reprovar, vai pegar muito mal para a Assembleia lá fora, vai pegar muito mal, vai passar que a Assembleia apoia a permanência desse monstro em prisão especial.

É isso que vai ser manchete hoje nos sites e vai ser manchete nos jornais amanhã: “a Assembleia mantém monstro que matou advogada de 48 anos, feminicídio, em prisão especial”. Porque já foi a manchete.

Está aqui (MOSTRA JORNAL IMPRESSO).

A manchete está aqui, terça-feira: “feminicida deixa penitenciária Central após oito dias e volta para Chapada”.

Já é manchete isso aqui. Amanhã, pode ter certeza: “Assembleia apoia prisão especial para esse crápula, para esse monstro”.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Gilberto Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI - Para discutir, senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu quero aqui concordar com todas as palavras que o Deputado Wilson disse aqui, contanto, a esse caso específico.

No meu entendimento, senhor Presidente, é uma pena no nosso País não ter pena de morte para casos assim. É o que eu defendo. Defenderia que esse camarada não ficasse ainda consumindo dinheiro público numa cadeia.

Todo rigor da lei deve ir para esse cidadão especificamente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 14H49MIN.

Mas nós não estamos tratando aqui da vida desse cidadão. O Projeto de Decreto Legislativo do Deputado Wilson Santos, senhor Presidente, trata de qualquer situação.

Quando você tem um benefício a ex-policiais, nem sempre os ex-policiais...

Não podemos colocar todos na mesma bandeja, Deputado Wilson.

Então, esse decreto beneficia ex-policiais que em outras situações, por casos as vezes de indisciplina, ou qualquer outra coisa mais leve, não ficam numa cadeia comum, Deputado Elizeu Nascimento, não ficam em uma cadeia comum, junto com bandidos que vão inclusive tirar a vida muitas vezes de uma pessoa que trabalhou a vida toda na polícia militar, que agora, por uma situação que se colocou, possa estar numa cadeia.

Não estou falando desse cidadão - repito aqui. Esse cidadão, se esta Assembleia pudesse, eu seria o primeiro a propor um projeto de lei para que tivesse pena de morte nesses casos e castração para estupradores. Eu defendo isso com todas as letras, com todas as palavras.

Então, entendo a intenção do senhor, concordo com ela, porém, acho que nós não podemos botar todo mundo no mesmo balaio.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir, o Deputado Elizeu Nascimento.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, Deputado Wilson Santos, quero aqui deixar claro, em nome dos meus irmãos de farda, que a polícia militar, os policiais militares, não coadunam com o crime, muito menos crime de uma relevância tão covarde quanto a desse cidadão, que nem deveria ser citado como ex-policial, ou como já foi policial. Infelizmente passou por lá e, como muitos também cometeram crimes, filho de ex-Deputado federal que acabou cometendo um feminicídio, matando um casal.

Então, hoje nós vivemos uma proporção muito grande que a cada dia nos deixa muito mais preocupados em relação a agressões e crimes contra as mulheres, que, infelizmente, acabam numa proporção como esse crime covarde - covarde.

Logicamente, quando vimos defender em relação a policiais ter prisões especiais, isso se dá a casos de policiais principalmente em relação à questão de crimes em decorrência do seu trabalho, porque aqui nenhum de nós, Deputados, nenhum policial militar concorda ou compactua com crimes cometidos por seus pares. Jamais.

Então, quero aqui dizer que em relação a esse fato isolado desse cidadão, desse monstro, vamos colocar dessa forma, porque para nós, todos nós sabemos, é um caso monstruoso e isso poderia acontecer com a filha de qualquer um aqui, nós precisamos rebater contra esse tipo de situação, mas não podemos generalizar uma instituição, nem seus servidores, a serem colocados numa vala comum por fatos que ocorrem isolados, como uma situação como essa.

Essa é a nossa mensagem. Tem meu total apoio para que esse elemento possa ser punido nos maiores rigores da lei, mas não posso aqui jamais deixar generalizar que policiais possam ser colocados na vala comum como um cidadão criminoso como esse.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – *Ok.*

Eu gostaria de propor para os senhores fazermos uma discussão, se o Deputado Wilson Santos evidentemente concordar, porque eu particularmente sou a favor, desde que seja para crimes hediondos, mas você tirar todos os ex-policiais e jogar no meio dos bandidos realmente é algo polêmico, agora, para crimes hediondos, não devem ser mesmo tratados como algo diferenciado e, talvez, pudéssemos fazer uma discussão nesse sentido, se o Deputado Wilson Santos evidentemente concordar.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, o Supremo Tribunal Federal está acabando com prisões especiais no Brasil.

Ninguém mais vai ter direito a prisão especial, nem policial, nem quem tem curso superior. Ninguém mais vai ter. Nós estamos na contramão. Está acabando, não existirá mais prisões, todos serão presos igualmente. Está acabando isso.

Se o senhor quiser fazer emenda para crimes hediondos não tem nenhum problema. Quem vai tipificar que esse crime é hediondo?

Daí começa a subjetividade da análise. Para mim ele é hediondo, para outro não é.

Somos nós que temos competência para definir? Não somos nós. É o Código Penal.

Eu acho bom aprovar da forma como está, porque não é para policiais. Ok, Elizeu? Não é para policiais. Você sabe a admiração que eu tenho pela polícia, uma instituição da mesma idade da Assembleia, 188 anos, tenho origem militar também, como você, não generalizo.

Agora ninguém imaginava que havia uma portaria na Secretaria de Segurança...

E eu pergunto: com que autoridade a Secretaria de Segurança tem poder para dizer que A ou B vai ter prisão especial? Quem diz isso é o código penal. Não é Secretaria que vai dizer que quem vai ficar nesta cela ou na outra. É o código penal que define isso. Não é secretário de Estado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vamos, então, para a votação.

Só dizendo o seguinte, deixar bem claro, não é prisão especial, são prisões separadas. Por exemplo, os presídios separam as facções. Eles fazem essa separação. Mas, pelo que eu entendo, não tem nada de especial, pelo menos... Eu não sei. O Elizeu pode dizer mais sobre isso, se é uma prisão que tem alguma regalia. O secretário disse que não. Simplesmente ele separa, assim como separa facções criminosas. Foi essa a justificativa que o secretário deu. Como tem comando vermelho, primeiro comando da capital, eles costumam separar isso para não ter mortes dentro do presídio. E também foi essa a explicação que o secretário deu. Agora, eu acho que para crimes hediondos realmente não deva ter esse privilégio para ex-policiais.

Mas o Deputado Wilson quer que coloque aqui para votação. Então, vamos para a votação.

Externei nossa indignação com a colocação desse cidadão lá, que não sei nem se pode ser chamado de cidadão, que foi um cara totalmente covarde, mostrou desprezo pela vida humana, mostrou totalmente não ter a mínima empatia com o ser humano. Ele é uma pessoa que realmente não merece ter um tratamento diferenciado. Isso todos concordam.

Deputada Sheila.

A SRª SHEILA KLENER – Obrigada, Presidente.

Olha só, desde o dia que entrei aqui, e fiz o meu discurso contundente sobre o feminicídio, assim que eu terminei minha fala todos foram enfáticos em falar que a pena para esse tipo de crime era pouca. Então, nós não temos que discutir aqui se ele tem benefício, ou se ele não tem benefício.

De alguma forma ele sair do presídio comum, eu não entendo Elizeu, como é essa prisão, já está errado.

Se todo mundo aqui falou que o nosso código penal é frouxo para esse tipo de crime, então nós pedirmos que eles permaneçam no presídio comum, eu acho que a resposta já está dada nesse projeto de lei do Deputado, nosso – não é? -, porque eu assinei junto.

Então, eu confio na Polícia Militar, como o Elizeu disse, ele já não era mais PM, então, não tem nem porque utilizar essa portaria da polícia para que ele seja transferido de prisão.

Ele já não é, o que o Elizeu acabou de dizer, ele já não é, ele já tinha sido expulso.

Então, se desde o dia que nós estamos debatendo esse tipo de violência aqui, todo mundo está falando da pena máxima, chegando à pena capital, eu acho que a gente não tinha nem que estar nessa discussão, porque isso é o mínimo que este parlamento pode fazer, já que nós não podemos mexer em legislações federais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 14H49MIN.

É o mínimo que o Estado de Mato Grosso pode fazer para que quem pensa nisso volte atrás e não faça, porque o Estado de Mato Grosso vai ser eficaz e duro nesse tipo de pena.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Chico Guarnieri.

Depois Deputado Julio Campos.

O SR. CHICO GUARNIERI - Senhor Presidente, senhora e senhores Deputados, Eu acho que esse crime... Esse bandido frio, calculista, fez um concurso público, passou na Polícia Militar, mas detectaram que era um bandido e o expulsaram.

Eu sou a favor de que esses crimes em específico não tenham nenhum benefício para esse tipo de criminoso.

É um bandido que através do concurso conseguiu entrar na polícia, mas não ficou, não perpetuou. Ele cometeu um crime planejado, arquitetado, frio, calculista e precisa ser punido com os rigores da Lei.

Eu também não concordo com que ele tenha qualquer privilégio em prisão que venha se beneficiar. Eu concordo que neste caso em específico, não estamos generalizando ex-policiais, não estamos generalizando toda a corporação, mas nesse caso específico vamos achar uma saída e fazê-lo voltar para a penitenciária, porque ele nem chegou a ser policial de fato e de direito, porque ele passou num concurso, não terminou seu estágio probatório e foi demitido.

Todo mundo sabe que é um bandido, porque ele arquitetou esse crime, ex-governador Júlio Campos, e todos nós sabemos que precisamos colocar o rigor da lei a esse bandido, esse crápula, que cometeu um crime frio, planejado, calculista e nós não podemos tolerar, de maneira alguma, nenhuma violência contra a mulher.

Então, eu sou favorável a que seja punido com a punição das mais rigorosas possíveis.

E nós aqui da Assembleia Legislativa não podemos deixar passar isso em branco. Vamos juntos punir esse tipo de crime, senão nós vamos abrir brecha para que novos crimes possam vir a acontecer contra as mulheres do nosso Estado, do nosso País, e não podemos, de maneira alguma, aceitar que isso ocorra.

Sou favorável 100%. E vamos punir com os rigores da lei.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Senhor Presidente, senhora Deputada.

Vejo que nossa Casa está discutindo um assunto até certo ponto grave e não tão grave assim. Por quê?

O Deputado Wilson Santos propôs: ficam revogados os efeitos do §1º do art. 2º da portaria nº 066, uma portaria, não é decreto, não é lei e não é constituição, é uma mera portaria de um secretário de Estado que foi regulamentado pelo secretário adjunto de assuntos da administração penitenciária.

Aqui no artigo que ele pediu sua revogação diz:

“Art. 2º A cadeia pública de Chapada dos Guimarães destina-se ao recolhimento dentre os segregados elencados no art. 1º servidores ativos e aposentados que atuam nos órgãos de segurança e justiça que são: integrantes...” E assim por diante.

Esse cidadão que é alvo da discussão nesse instante não é ativo, não é aposentado e sequer é militar, foi expulso da guarnição Militar de Mato Grosso logo após, ou antes de seu período probatório. Então, não tem sentido. Nós temos que realmente...

Como vai permitir que um cidadão monstruoso, que cometeu um crime bárbaro como esse, tenha privilégio? Porque essa cadeia de Chapada dos Guimarães é um privilégio para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 14H49MIN.

policiais ativos e aposentados e não para bandidos de alta qualificação, de terrorista, até certo ponto, porque o que ele fez com essa cidadã foi um terror, foi uma coisa horrível.

Então, por que a Assembleia, que está com uma imagem tão boa, Presidente Botelho, as reações que o senhor e a Mesa Diretora tomaram com relação ao fato foi de vital importância para demonstrar que esta Casa não concorda com o feminicídio, não concorda com as barbaridades que vêm ocorrendo em Mato Grosso, que já é o segundo Estado mais violento do Brasil em termos de feminicídios... Então, eu acredito que tem plena razão.

Desculpem-me os que defendem essa tese, aqui não está prejudicando o pessoal que é da ativa e aposentado. Então, cabe um voto de repúdio, não só a essa maneira esdrúxula com que o Poder Judiciário de Mato Grosso, por meio do seu Juiz de vara criminal, Dr. Geraldo Fidelis, tomou, beneficiando um monstro, beneficiando um sanguinário, transferindo de onde deveria estar, que é na cadeia da penitenciária central de Cuiabá, junto com todos os demais presos. Esse privilégio quem merece é o policial ativo ou aposentado, não bandidos que porque foi policial, mas nunca exerceu o cargo, foi expulso da polícia.

Então, esse cidadão não merece esse privilégio de estar lá no conforto da cadeia penitenciária de Chapada dos Guimarães. O lugar dele é na Penitência Central, ao lado daqueles que têm crimes violentos e bárbaros, como ele.

Esse é o meu pronunciamento.

Voto e peço voto àqueles que tiverem coragem de apoiar esse projeto realmente que é de vital importância para dar um gesto de coragem da Assembleia de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Wilson, gostaria que o senhor viesse até aqui na mesa para nós...

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Elizeu.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, buscando aqui informações mais aprofundadas sobre o projeto de decreto legislativo do Deputado Wilson Santos, do qual...

O ex-policial que hoje é tema da discussão aqui no plenário não está enquadrado no benefício que é colocado pela Secretaria de Segurança Pública e o decreto do Deputado Wilson, infelizmente, coloca um impedimento do benefício a policiais ativos e inativos.

No caso desse cidadão, desse crápula, desse monstro, que cometeu esse feminicídio, ele sequer faz parte desse decreto legislativo. Ele simplesmente está sendo peça para poder trazer esse tema à tona e acabar com o benefício dos policiais membros da segurança pública ativos e inativos.

Portanto, eu solicito ao colega Deputado Wilson que possamos, junto com o Presidente, fazer a retirada desse projeto de decreto para que possamos discutir e analisar melhor, para que policiais ativos que defendem a sociedade e que estão correndo, dentro das suas 24 horas de serviço, o risco de um erro eminente em fração de segundos, como acontece muitas vezes quando ele é atacado e tem que se defender.

Portanto, Deputado Wilson, sabemos da sua preocupação em relação ao fato que realmente foi uma covardia desse ex-policial, que estuprou, que matou covardemente essa jovem advogada. Aqui ninguém coaduna com o fato covarde que ele praticou, nem eu como policial militar, muito menos os nossos Deputados.

Portanto, o projeto de vossa excelência não vem solicitar aqui uma resposta em relação à regalia ou ao benefício que esse monstro cometeu. A decisão desse cidadão, desse criminoso estar hoje em uma cadeia militar não é uma decisão de um decreto Legislativo, mas sim uma decisão judicial, porque a Justiça determinou à Secretaria de Segurança Pública que fosse feita a detenção, a prisão dele lá no presídio militar em Chapada dos Guimarães. Portanto, cabe à Justiça, aos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 14H49MIN.

desembargadores, ao TJ, tomar a decisão de retirá-lo de lá. Não cabe a Segurança Pública tomar essa decisão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Wilson, prossegue com a votação, não é?

Então, vamos para a votação.

O SR. DIEGO GUIMARÃES – Presidente, cabe vista?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Na Comissão. Porque quando está em regime de urgência urgentíssima só a comissão, ou membro da comissão, na hora em que estiver...

O SR. DIEGO GUIMARÃES – Mas em 1ª votação? Na CCJ?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não. Ele vai para a segunda votação ainda. Mas é na própria... Nós vamos fazer tudo hoje.

O SR. DIEGO GUIMARÃES – Ah, tá! Então, como membro da CCJ, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Daí na Comissão, evidentemente, pode ter pedido de vista. Na Sessão não.

O SR. DIEGO GUIMARÃES – Ah, tá! Então, como membro da CCJ, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mas como? Não pode. Você já está adiantando?

O SR. DIEGO GUIMARÃES – Claro!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Encerrada a discussão. Com parecer favorável... Com parecer contrário...

O SR. BETO DOIS A UM – Presidente, eu vou dar o parecer contrário.

Eu tinha falado para o Deputado Wilson que eu não tinha entendido corretamente, mas depois eu li com calma e continuo com meu parecer contrário.

Secretaria de Serviços Legislativos
O SR. WILSON SANTOS – Presidente, o projeto é só para ex-policiais.

Discutiu-se muito aqui. É só para ex-policiais, quem não é da ativa, nem da inatividade, como disse o ex-Governador Júlio Campos.

Ele sequer completou o período probatório...

(FALAS SIMULTÂNEAS FORA DO MICROFONE – INADUÍVEL.).

O SR. WILSON SANTOS – Não. É apenas para ex-policiais. Só tira para ex-policiais.

(FALAS SIMULTÂNEAS FORA DO MICROFONE – INADUÍVEL.).

O SR. WILSON SANTOS – Não. O Deputado Elizeu Nascimento é policial aposentado. Ele ganha da polícia por isso, recebe todo mês o seu soldo. Ele é um policial que serviu 18 anos. Ele está na inatividade. Ele é policial aposentado, o Elizeu. Ele não está nisso. Ele está na reserva remunerada, não é? Reserva remunerada. Então, ele é policial aposentado, porque não poderia acumular com o mandato de Deputado. Não é o caso. Não atinge o Elizeu e nenhum policial aposentado. Nenhum. É só para os ex. Ex não é militar. Ex não é. Ex. Ele sequer cumpriu o período probatório.

Vamos aprovar, Presidente.

Então, nesse caso aqui, Beto, já que você não muda o parecer, eu quero pedir que nós votemos contra o parecer.

Cattani, é votar conta o parecer.

Sheila.

Chico Guarnieri, tomar cuidado na votação porque o parecer é contra.

Então nós vamos votar contra o parecer, para derrubar o parecer.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 14H49MIN.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Esse projeto... Até eu já estou ficando louco com esse projeto.

Alguns chamam para cá e falam: não, é só para ex. Daí outro fala: não, exclui o artigo inteiro... (RISOS) Realmente...

Definiram? Vamos para a votação?

O SR. BETO DOIS A UM – Presidente, conforme o Regimento, posso pedir vista do projeto? Porque urgência urgentíssima, pode ou não pode?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu sou escravo do Regimento. Você sabe disso. Não sei se pode.

(O SR. SECRETARIO PARLAMENTAR ORIENTA O PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ah! Ele é relator? Mas pode?

Acho que não pode pedir. Vou ver o Regimento.

Sou escravo dele, Beto. Vamos ver aqui.

Então, concedo vista ao Deputado Beto e ao Deputado Elizeu Nascimento por 48 horas, mas nós só vamos ter Sessão semana que vem.

Mas que coisa, não é? Um projeto desse cria tanta...

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 1.004/2023, do Deputado Cláudio Ferreira, que cria o Programa Estadual Reforma Solidária. O parecer é favorável da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Direitos da Mulher, Cidadania e Amparo à Criança, Adolescente e Idoso.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª votação.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 1.014/2023, do Deputado Wilson Santos, que cria as placas de identificação no âmbito da execução de medidas compensatórias ambientais no Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª votação.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 1295 do Deputado Elizeu Nascimento, que cria o Programa de Proteção à Policiais Femininas, Militar, Civil, Penais, Socioeducativos e Corpo de Bombeiros Gestante e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Direitos da mulher, Cidadania e Amparo à Criança, Adolescente e Idoso.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª votação.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 1.303/2023, do Deputado Fábio Tardin, que altera a Lei nº 12.083, de 24 de abril de 2023, que institui a Política Estadual para a População em situação de rua. O parecer é favorável da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Direitos da mulher, Cidadania e Amparo à Criança, Adolescente e Idoso.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª votação.

Eu peço para a Comissão, para a Mesa, Zé, dar uma olhada nessa questão, porque tem um projeto de Janaína que fala sobre morador de rua, acomodação e eu acho que é muito parecido.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não havendo mais nada para ser votado, eu abro para a Explicação Pessoal.

Primeiro Dr. Eugênio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 14H49MIN.

Depois alguém mais?

O SR. DR. EUGÊNIO - Presidente Botelho, demais colegas, a nossa região do Vale do Araguaia, Botelho, passa por um momento extremamente favorável sob todos os pontos de vista, seja ele econômico, na saúde, enfim, várias situações de logística sendo resolvidas pelo Governador Mauro Mendes.

Nós tivemos em dezembro de 2020 a assinatura do contrato de concessão da outorga da ferrovia de integração do Centro-Oeste, quando houve uma permuta da outorga da BH Vitória e de Carajás da Vale, fizeram essa troca para a construção da ferrovia de integração do Centro-Oeste. Foi um modelo que se apresentava naquele momento, até então não havia esse modelo ainda contratual, no qual a Vale fará os 383km da ferrovia e em troca ela vai receber a outorga por mais 30 anos da ferrovia BH-Vitória e da ferrovia Carajás, que são duas malhas ferroviárias extremamente importantes e vitais para o desenvolvimento do comércio do mercado da Vale.

Muito bem!

Nós estamos vendo que essa assinatura do contrato, que era para vigorar de 2021 a 2025, e em dezembro ser entregue essa ferrovia na cidade de Água Boa. Ela sai de Goiás e vai até a cidade de Água Boa.

Nós estivemos segunda-feira na Vale, exatamente preocupados. Por quê? A construção que era para ser entregue em dezembro de 2025 agora foi prorrogada para 2027. E nós fomos saber quais os motivos que levaram a esse aumento de tempo de construção.

Fomos muito bem recebidos pelo diretor executivo da Vale, o Christian Lourenço, que expôs para nós todo o projeto da Vale. Ela é uma obra, como ele disse, essencial para a Vale, o contrato já está assinado, mas um projeto que, primeiro orçado em 2,8 bilhões, está hoje em 8 bilhões e vai chegar a 10 - e tudo isso vai sair dos cofres da Vale.

Nós procuramos saber os motivos pelos quais esses projetos estão sendo retardados na sua construção e nos foi colocado que os 293km da ferrovia iniciais estão pacificados, com algumas pendências de desapropriações, que são conduzidas pela antiga Valec, hoje é Infra, e também pela ANTT.

Então, essas desapropriações são conduzidas pelo Governo Federal, pelas suas agências e o seu pagamento é feito pela Vale do Rio Doce.

Mas existe uma situação que nós ficamos preocupados, Presidente Botelho, que é a questão do estudo do componente indígena nos 74 km depois de cocalinho até a cidade de Água Boa.

Segundo Christian, as duas pontes, tanto do Rio Araguaia quanto do Rio das Mortes já entraram no cronograma, começam suas construções a partir de março do ano que vem - prazo de conclusão de três anos dessas duas pontes. Mas o estudo do componente indígena nos 74 kms é o grande entrave que nós temos e daí quando a gente depende do Governo Federal para serem liberadas essas licenças ambientais através do Ibama é que vêm as preocupações.

Esta Casa, Botelho, e vossa excelência como Presidente, também quero convocá-lo para que entre nessa luta junto conosco, porque nós não podemos deixar que um modal extremamente importante para Mato Grosso... (TEMPO ESGOTADO - ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais dois minutos para o Deputado.

O SR. DR. EUGÊNIO - Que esse modal extremamente importante para Mato Grosso, que é o modal Ferroviário, que vai ligar a Mara Rosa, que é um braço da Norte-Sul até a cidade de Água Boa; vai fazer com que os nossos produtores de Mato Grosso ganhem competitividade, principalmente os nossos produtores da região do Araguaia e do Xingu, não podemos deixar que esse momento de crescimento e desenvolvimento da nossa região do Vale do Araguaia seja mais uma vez travado por causa desse componente indígena.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 14H49MIN.

Nós já estamos com a BR-242 travada. Tivemos audiências públicas lá no Parque Nacional de Xingu nos dias 11, 12 e 13 de agosto e lá foram levantadas questões que estão dificultando a nossa 242.

A nossa 158 teve que mudar todo o trajeto, passando pelo contorno. Vai beneficiar as cidades de Bom Jesus, Serra Nova, Alto Boa Vista? Vai beneficiar. Mas aumentou o trajeto em mais 90km.

Então, todas essas dificuldades que nós já encontramos por causa dessas questões ambientais nós não podemos deixar que uma das obras mais importantes para o Estado de Mato Grosso, que é a ferrovia de integração do Centro-Oeste, seja travada por causa de um componente indígena.

E, pasmem! Pasmem! O trem irá passar a 70km da reserva indígena. Não vai passar no Marco, não vai passar na zona de amortecimento de 40km. Criaram 50km para que não possa passar o trem.

Então, esses absurdos estão impedindo o desenvolvimento.

Nós já estamos achando que é proposital. As nossas áreas úmidas estão travadas, áreas que já são consolidadas, que já foram liberadas... (TEMPO ESGOTADO - ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado.

O SR. DR. EUGÊNIO - Que já foram liberadas as DLAs a três meses atrás, Sheila, você que é da SEMA, não sei por qual motivo agora não estão liberando DLAs para as áreas já consolidadas da nossa região do Araguaia.

São esses absurdos que vão somando, vão somando e vão fazendo com que o nosso atraso, o nosso desenvolvimento seja cada vez mais postergado.

Nós estamos aqui para fazer essa defesa intransigente da nossa região do Araguaia. Esqueceram de nós, privilegiaram a região Sul, privilegiaram a região Norte durante muito tempo e agora o governador Mauro Mendes resgatou a autoestima do Vale do Araguaia e nós não podemos admitir que um componente indígena impeça que a Ferrovia de Integração Centro-Oeste seja retardada ainda mais.

A Vale foi clara: “existe um limite de tempo que nós podemos esperar”.

Deputado Wilson Santos, uma obra que começou em 2,8, já está em 8 e vai chegar em 10 bilhões, toda ela arcada pela Vale, logicamente que o caixa da Vale não é um caixa infinito e vai chegar num certo ponto que ela vai dizer que não tem condições de fazer dentro daquele acordo que foi feito com o governo federal.

É isso!

Eu preciso do apoio desta Casa para que possamos destravar, e eu vou propor, Presidente Botelho, que façamos na semana que vem uma audiência pública aqui em Cuiabá.

Nós queremos lotar essa plenária aqui da Assembleia Legislativa, nós vamos fazer com que os 34 municípios do Araguaia venham para Cuiabá.

Vamos fazer uma grande passeata aqui em Cuiabá para mostrar que o Vale do Araguaia não vai permitir que esses componentes indígenas impeçam o desenvolvimento da 242, da 158, da nossa 080 e da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste.

O Presidente da República, o Governo Lula, já colocou no PAC essas obras, já está lá e nós não podemos impedir e perder esse momento histórico do Araguaia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Deputado Chico Guarnieri.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2023, ÀS 14H49MIN.

O SR. CHICO GUARNIERI - Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados.

Quero registrar aqui a presença do nosso Vice-Prefeito de Sinop, Dalton Martins, visitando a Assembleia Legislativa, nosso amigo, companheiro, vice-prefeito atuante no município de Sinop.

Eu vim registrar a presença dele e agradecer o apoio que nós recebemos nas moções, nos nossos projetos de lei e nossas indicações, todas aprovadas.

Só quero registrar mesmo a nossa emenda à LDO, 55, que foi aprovada, garantindo o assalto das MTs-160, 246 e 247.

Nossa emenda 55 foi aprovada por unanimidade e quero agradecer a todos os Deputados e as Deputadas que votaram e aprovaram essa emenda, agradecer em nome da região Sudoeste de Mato Grosso, que vai nos ajudar, e muito, esse asfalto dessas rodovias que nós garantimos na LDO.

Muito obrigado, senhor Presidente.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Não havendo mais nada para ser votado e ninguém mais inscrito, declaro encerrada a Sessão e convoco a Sessão Ordinária da próxima quarta-feira. (LEVANTA-SE A SESSÃO.)

(PARTICIPARAM OS SEGUINTESENHORES DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE - DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, JÚLIO CAMPOS, SHEILA KLENER, SEBASTIÃO REZENDE, PAULO ARAÚJO E BETO DOIS A UM; BLOCO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - JANAINA RIVA, DR. JOÃO, JUCA DO GUARANÁ, SILVANO AMARAL; BLOCO EXPERIÊNCIA E TRABALHO - DIEGO GUIMARÃES, LÚDIO CABRAL, WILSON SANTOS, NININHO E VALDIR BARRANCO; BLOCO DIREITA DEMOCRÁTICA - ELIZEU NASCIMENTO, ADENILSON ROCHA, CHICO GUARNIERI E GILBERTO CATTANI; BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS - DR. EUGÊNIO, FABIO TARDIN “FABINHO”, MAX RUSSI E VALMIR MORETTO.)

Revisão: Natasha de Figueiredo Ferreira
Rosivania Ribeiro França